

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	Página 254

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma confirmação: nós votamos o Projeto nº 32, de 2015, em primeiro turno, não foi isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É isso, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação dos postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

Sra. Presidente, se não me engano, o tema já está incluído e ele cessa justamente um vício de iniciativa, que não pode ser de Parlamentar, apesar de ser bem meritório. Então, já se votou, mas o meu voto seria pela inadmissibilidade em função do vício de iniciativa e também pela prejudicialidade, porque já votamos o projeto em primeiro turno.

O meu voto é bem simples. É isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	255

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O voto de V.Exa. é pela inadmissibilidade do projeto.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Peço a atenção de todos os companheiros e companheiras desta Casa, porque esse projeto que proíbe a instalação de postos de gasolina em supermercados é uma emenda de um Parlamentar, o Deputado Agnaldo de Jesus. Portanto, não foi iniciativa do Executivo. Logo, a correção dele não há que ser inadmissível se estamos corrigindo um erro cometido por um Deputado. Brasília inteira está de olho nesse projeto e o Ministério Público não irá questioná-lo, temos certeza absoluta. Esse projeto – tenho certeza – vai ser sancionado pelo Governador, e a sociedade vai comparecer para acompanhar isso. Portanto, peço a esta Casa que vote contrariamente ao parecer do Deputado Robério Negreiros. Ele até Ele até... Posso revelar aqui. Eu falei: "Robério, eu preciso contar com você." Ele falou: "Nesse, eu não dou conta." Eu falei: "Tudo bem. Respeito a sua..." Agora...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Deputado Chico Vigilante, eu concordo com a questão dos postos. Acho que chegou o momento de a Casa se manifestar, e espero que os postos façam redução de preço para a sociedade. Em Belo Horizonte, a redução foi pífia depois de um tempo. Agora, os supermercados, os hipermercados têm um incremento de valorização em seus bens. V.Exa., como eu também, dentro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	256

das nossas competências, não tem condição e competência para dispor sobre onalt, sobre outras medidas que façam a outorga para que haja posto nesses locais.

Conjecturar, dizer que o Ministério Público não vai entrar porque é uma medida... nós acabamos de votar. Veio do governo. É o mesmo tema. Acho que já está exaurida essa questão. E o meu voto não foi de mérito. O meu voto foi igual ao do Deputado Chico Leite, na questão do PDL da Deputada Liliane Roriz. Aqui, estamos debatendo ideias. Nós não estamos debatendo pessoas. Eu não vou entrar nesse tema. A imprensa já está exaurida sobre essa questão. Não sou amigo de dono de posto. Conheço mais os frentistas, porque tenho que abastecer carros para andar em Brasília. Então, não tenho interesse nenhum. E que o Estado perceba algum tipo de taxa, que é a Onalt, de que nós não podemos dispor, em função desse incremento. Em uma hora dessas, ser dono de supermercado, hipermercado, é bom demais, porque vai ser colocado um posto, vai haver uma atividade comercial dentro de um terreno que, quando eles compraram, não podia haver e, assim, vai existir um incremento. E quem abastece ainda vai poder fazer uma compra, aumentar uma... Eu quero que aumente, para se poder gerar ainda mais empregos no Distrito Federal.

Então, não é nenhuma questão relativa a V.Exa. Discordo de muitas coisas de V.Exa., mas no campo das ideias. Acho que temos de manter o respeito aqui, um com o outro, e o meu voto não foi de mérito, repito. Foi eminentemente no sentido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	257

do controle da constitucionalidade. Temos aí o nosso paraninfo da CCJ, que é o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu só quero dizer a esta Casa que tive toda a paciência de esperar que primeiro se votasse o projeto do governo. A questão do pagamento da outorga onerosa está resolvida. Todos que tiverem de instalar vão instalar e pagar. A emenda do Deputado Rodrigo Delmasso, que acrescenta clubes... Era um cuidado que tivemos no outro projeto a questão do CNPJ... O CNPJ vai ser separado. Não é o CNPJ do supermercado. É CNPJ separado. Portanto, acho muito ruim que, neste momento... Discussões acaloradas aqui, a gente tem, sobre vários temas. Agora, acho muito ruim que a gente deixe de votar um projeto da importância desse, que não aprove um projeto da importância desse com uma justificativa que não é real. Quem quiser instalar vai ter que pagar. E é muito bom o que está sendo votado aqui, hoje, porque aqueles postos que estão ao longo da EPTG – na verdade, são 46 postos no Distrito Federal que se estabeleceram sem nunca pagarem nada – vão ter que pagar agora. Todos aqueles terão que pagar, Deputado Wasny de Roure.

Havia uma prática, Deputada Celina Leão, que não é do seu tempo, nesta Casa, em que a pessoa comprava um terreno que valia duzentos mil, transformava-o em posto de gasolina aqui na Câmara Legislativa, ele passava a valer quatro milhões e não se tinha que pagar um centavo a mais. Agora vão ter que pagar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	258

Portanto, eu queria apelar ao Deputado Robério Negreiros para reconsiderar o voto. É o apelo que faço.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, posso falar com muita isenção, porque não recebi nem doação de posto nem de hipermercado nem de ninguém.

Esta Casa debateu esse projeto algum tempo e, muitas vezes, por mais meritório que ele fosse. É um projeto meritório. A sociedade espera a votação desse projeto com muita ansiedade

A sociedade espera a votação desse projeto com muita ansiedade, tanto que, rapidamente, quando o Executivo o mandou, ele já entrou em pauta, e foi sanado o vício da inconstitucionalidade.

Entretanto, por mais meritório que o projeto seja, é um projeto que fala sobre terras, nós estamos legislando sobre terras do Distrito Federal, o uso da terra para o posto de combustível. É a mesma coisa de falar: “vocês podem, agora, fazer uso da terra para isso, para aquilo”. Isso é prerrogativa de iniciativa do Executivo, tanto que o Ministério Público foi ao gabinete do Governador Rodrigo Rollemberg pedir que o projeto fosse encaminhado à Câmara. Ele sabia que já existia um projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	259

aqui, mas sabia do vício de inconstitucionalidade do projeto que estava presente aqui na Casa.

Eu acho que é meritório. O Deputado Chico Vigilante tem que ser carregado mesmo pela população do Distrito Federal. Ele lutou muitos anos por isso. Combateu o bom combate. Lutou por isso, mas há de se falar sobre a inconstitucionalidade, sim, do projeto. Nós a estamos discutindo.

Eu votei na Comissão de Assuntos Fundiários o mérito do projeto. Votei favoravelmente a ele. O projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitado pela questão da inconstitucionalidade de propormos esse tipo de iniciativa. O projeto votado em primeiro turno foi o do Executivo porque ele realmente sana a questão. Tanto faz se se votasse o do Deputado Chico Vigilante em primeiro turno ou o do Executivo em primeiro turno. Contudo, eu acho que, quando você quer fazer uma construção coletiva, precisa-se de falar a verdade. A gente precisa de colocar a verdade.

Para o projeto, quando este já está no plenário, a gente precisa de usar de clareza, Deputado Cristiano Araújo. Eu acho muito meritório. É uma pena muito grande o Governador Rodrigo Rollemberg não poder ter colocado o nome do Deputado Chico Vigilante junto. É uma pena. Eu tenho certeza de que, se fosse a vontade do Governador Rodrigo Rollemberg, ele teria colocado "Poder Executivo e Deputado Chico Vigilante" para que esse projeto fosse votado, para dar o mérito ao Deputado Chico Vigilante. Ele falou isso, inclusive, na televisão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	260

O Deputado Chico Vigilante foi para toda a imprensa falar sobre o projeto e, por muitas vezes, foi muito injusto com esta Casa porque acusou vários Parlamentares aqui de participarem do cartel – de forma injusta, pois, quando você acusa dizendo “ah, eu sabia que havia Deputados participando do cartel”, você tem que dar nomes e falar o que eles estão fazendo.

Então, eu acho que é muito séria uma votação desse nível. Nós estamos falando sobre a constitucionalidade do projeto. O projeto foi aprovado. Acho que, pelo mérito, o Deputado Chico Vigilante merece todo o nosso aplauso, mas nós estamos falando aqui sobre a constitucionalidade do projeto.

É a essa discussão que eu gostaria de chamar os colegas aqui. Com certeza, o mérito político ninguém pode tirar do Deputado Chico Vigilante, ninguém, porque a autoria foi dele. Ele protocolou o projeto, a autoria é dele. Ninguém vai tirar. As ruas irão falar que o projeto foi de iniciativa do Deputado Chico Vigilante. Isso vai ecoar nos quatro cantos do Distrito Federal.

O Deputado Chico Leite, que é um mestre da constitucionalidade, nem está aqui no plenário mais. Eu até gostaria de ouvir a opinião dele, mas ele não se encontra aqui, porque realmente eu tenho muitas dúvidas, Deputada Liliane Roriz. É difícil a gente falar de peito aberto desse jeito porque, se, no passado, a gente falasse assim, sem ter um projeto do Executivo para resolver a questão, ia ficar parecendo que a gente não queria votar o projeto dos postos de combustível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	261

Quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, que teve coragem de mandar esse projeto aqui para a Casa, pois muitos governadores tiveram a oportunidade de mandar e não mandaram, mas o Governador Rodrigo Rollemberg teve coragem e mandou o projeto para a Casa. Então, quero parabenizá-lo. Também quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, que batalhou muito, pela iniciativa, mas quero falar que, na questão da constitucionalidade, esse projeto é inconstitucional, tendo sido proposto por Parlamentar. Se a gente começar a legislar sobre terras, irmãos, nós vamos falar sobre a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo –, sobre o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília –, falar sobre outros projetos de lei que legislam sobre terra.

É essa a minha observação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Na legislatura passada, eu questionei justamente – deve estar nas notas taquigráficas – a questão da ONALT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso, a constitucionalidade. A Deputada Eliana Pedrosa também citou, naquela ocasião, justamente isso. Chegar a autorizar por autorizar sem uma cobrança efetiva dessa valoração do patrimônio é o que se questionava.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	262

Hoje, é o que a Deputada Celina Leão disse. O Poder Executivo enviou o projeto, e esta Casa o aprovou, por unanimidade, em primeiro turno. Ele está fazendo essa autorização com a cobrança devida da Onalt. Quem quiser colocar o posto no supermercado vai ter que pagar por essa valorização.

O projeto do Deputado Chico Vigilante caiu em relação à questão da constitucionalidade. Parabéns, Deputada Celina Leão, pelo pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gente, vamos ser claros. As coisas não são bem assim. Deputado Robério Negreiros, no primeiro turno, o meu projeto foi aprovado aqui com 22 votos. No segundo turno, ele só alcançou 10, e não foi por questão de constitucionalidade, não.

No projeto que o Governador mandou, é preciso que esta Casa tome conhecimento, Deputado Rodrigo Delmasso, para cada estabelecimento que quisesse fazer a implantação, seria necessário mandar um projeto de lei complementar a esta Casa. Vocês sabiam disso? Projeto de Lei Complementar aqui todo mundo sabe o tempo que demora. É isso o que estava no projeto que o governo mandou. É isso o que estava no projeto do Governador.

O que está sendo discutido aqui, neste momento, é a opinião do Deputado Robério Negreiros, que eu respeito. Mas quem tem poder para dizer se é ou não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	263

constitucional é a Justiça. Quantos projetos já passaram por aqui, e o Ministério Público questionou a constitucionalidade, foi à Justiça, e caíram? Quantos?

Portanto, eu quero pedir a V.Exas., sem medo de constitucionalidade, o voto nominal a esse parecer. Peço a V.Exas. que derrubem o parecer. Vamos abrir um belo debate no Judiciário, se tivermos que debater. Porque isso aqui, se acontecer o que estão querendo que aconteça, vai virar jurisprudência. E aí, Deputada Luzia de Paula, Deputado não vai poder – e já não pode – quase nada. Agora mesmo, nós vimos uma recomendação do Ministério Público para o Deputado Agaciel Maia de que não pode nada. Nós vamos nos abaixar mais ainda?

Eu peço a votação nominal e a V.Exas. que não acompanhem o parecer do Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O Deputado Chico Vigilante pediu votação nominal. Nós estamos votando a constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça, e o Deputado Robério Negreiros deu parecer pela inadmissibilidade. Quem acompanhar a inadmissibilidade vote "sim". Quem for contrário à inadmissibilidade vote "não".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	264

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu concordo com os argumentos apresentados aqui, mas houve o acordo de cada um dos Deputados escolher um, e o Deputado Chico Vigilante só escolheu esse. Quanto ao destino desse projeto dele, eu concordo que ele não vai prosperar pelos motivos que V.Exa. colocou, mas, em respeito ao que cada colega indicou...

Muitos, eu sei, talvez até os meus, possam cair pela inconstitucionalidade, como já caíram vários nesta Casa

Nós já votamos esse projeto mandado pelo Executivo. O Deputado Chico Vigilante busca apenas o reconhecimento de uma luta que travou. S.Exa. buscou só esse projeto para ser votado.

Então, pela harmonia da Casa, eu voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 15 2015	15h55min	ORDINÁRIA	265

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: o parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi rejeitado com 14 votos contrários, 1 voto favorável e 6 abstenções. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Robério Negreiros e podendo correr o risco de pecar com o meu rígido controle de Constitucionalidade, votei pelo não.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em respeito ao parecer do nosso Relator, Deputado Robério Negreiros, que pertence ao nosso bloco, eu me absteve.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

Segue Philippe.

REVISÃO: TATIANA AMORIM